



# Anais da Assembléia

Nº 134

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE SETEMBRO DE 1992

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN .....	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL .....	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT .....	Deputado PAULO MAIA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST .....	Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berakdin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 89ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1992**

(TERÇA FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados Anibal Khury, Heinz Herwig, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: João Arruda, Ademar Traiano, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, João Preis e Oswaldo Trevisan (09). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Albino Corazza e Rafael Greca de Macedo (03).

Verificada a existência de número legal, Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofício:**

OFÍCIO Nº 455/92

Curitiba, 22 de setembro de 1992.  
 Senhor Presidente.

Em razão de inadiáveis compromissos assumidos junto à Região Noroeste do Estado, tomo a liberdade de solicitar a Vossa Excelência dispensa aos trabalhos parlamentares nesta Assembléia Legislativa, no dia 22 de setembro.

Sendo só o que se me oferece no momen-

to, aproveito o ensejo para antecipar agradecimentos pela atenção e apresentar a Vossa Excelência meus respeitosos cumprimentos

(a) MÁRIO BEZERRA

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1446**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia dos Projetos em votação, na seguinte sequência, itens 4, 3, 2, e 1 da Pauta.

Sala das Sessões, em 22.09.92.

(a) HEINZ HERWIG

**REQUERIMENTO Nº 1447**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.09.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1448**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja realizada uma Sessão Extraordinária nesta data, com a finalidade de serem votadas em 2ª e 3ª Discussão, todas as matérias constantes da Ordem do Dia da Sessão Plenária Ordinária de hoje, com a conseqüente dispensa de interstício.

Sala das Sessões, em 22.09.92.

(aa) ORLANDO PESSUTI  
 ERONDY SILVÉRIO

**REQUERIMENTO Nº 1443**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO RICARDO SALES, ocorrida dia 14 de setembro de 1992.

Sala das Sessões, em 22.09.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Com a idade de 56 anos faleceu, em General Carneiro, o Senhor João Ricardo Sales, deixando viúva Dona Querubina e os filhos: Augusto Sérgio, Nivaldo, Erondina,

Henrique, Luiz Carlos e Marciano, e oito netos.

O passamento de João Ricardo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo João Ricardo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Sales endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 1440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de aplausos pelo transcurso do 3° aniversário do Consórcio Intermunicipal para a proteção da Bacia do Rio Tibagi - COPATI, que tem como Coordenador o Engenheiro Agrônomo Luiz Ganassin.

Participam também os Municípios de Ibiporã, Telêmaco Borba, Ponta Grossa e Sertãoópolis, tendo como seu Presidente o Prefeito José Maria do Município de Ibiporã.

Requeiro ainda que, após aprovação do presente, seja dada ciência ao Engenheiro Luiz Ganassin, à Universidade de Londrina e aos respectivos prefeitos participantes do COPATI. E a diretoria da Indústria Klabin em Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 22.09.92.

(a) JOSÉ TAVARES

#### COPATI COMPLETA 3 ANOS COMEMORANDO RESULTADOS

O Consórcio Intermunicipal para Proteção da Bacia do Rio Tibagi - COPATI - completa três anos de existência na próxima segunda-feira, mostrando o trabalho que vem desenvolvendo para a melhoria da qualidade de vida da população que vive na Bacia do Tibagi. Para marcar a data, estudantes, idosos e trabalhadores rurais vão fazer o plantio de três mil mudas de árvores nas margens do Rio Jacutinga, afluente do Tibagi, dando sequência ao programa de criação da mata ciliar de todos os rios da bacia.

O Coordenador do COPATI, engenheiro agrônomo Luiz Ganassin, da Emater, considera o programa das matas ciliares o mais

importante dentro do consórcio para a melhoria da Bacia do Tibagi. Apesar de ter sido iniciado há apenas dois meses, já foram plantadas 70 mil mudas florestais nativas ao longo de toda a bacia, conforme Ganassin. Para a realização do programa, o COPATI vem contando com ajuda financeira do Governo Estadual.

#### MUITA PESQUISA

Segundo Ganassin, serão necessários 10 anos para que o Rio Tibagi volte a ter uma mata ciliar que o proteja. A demora para o início do plantio, conta ele, foi para esperar uma pesquisa que a Universidade de Londrina desenvolveu sobre a fauna e flora da bacia durante um ano e meio, na qual ficou estabelecido quais vegetais seriam apropriados para o reflorestamento. Além disso, foi preciso esperar o crescimento das mudas em viveiros montados nas cidades de Arapongas, Sertãoópolis, Ibiporã, Sapopema, Telêmaco Borba e Ponta Grossa.

A UEL desenvolveu pesquisa também na área de piscicultura, descobrindo que o Tibagi tem 70 espécies de peixes nativos, entre elas o cascudo, a piava, curimatã e pacu, que têm alto valor comercial e passaram a fazer parte de outro programa tão importante quanto o da mata ciliar. Com apoio da Indústria Klabin e da UEL, o COPATI criou um centro de piscicultura para povoamento dos rios da bacia e também para distribuir a produtores rurais que queiram fazer criação de peixes em suas terras.

#### MENOS VENENO

Além dos peixes nativos, o Centro de Piscicultura adquiriu matrizes de peixes exóticos - carpas e tambaquis - para distribuição de alevinos aos produtores. Os tanques do Centro de Piscicultura na UEL têm capacidade de produção de 40 milhões de alevinos ao ano, sendo que até agora já foram distribuídos um milhão deles.

O programa de piscicultura, aliado ao do baculovírus - distribuição de vírus para o combate à lagarta da soja nas lavouras próximas aos rios -, já refletiu até na melhoria da água do Tibagi, baixando em 20% o envenenamento.

Ganassin analisa que o programa de piscicultura vai ajudar a desvenenar as águas do Tibagi na medida em que os proprietários rurais vão evitar jogar veneno nos tanques onde estão os peixes. Os proprietários estão sendo orientados para construir abastecedouros próprios para os pulverizadores e para não jogarem os vasilhames de veneno nas pastagens.

#### REQUERIMENTO N° 1434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais e

após ouvido o soberano Plenário, REQUER, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando autorização para funcionamento do Curso de Magistério nível do 2º grau, período Noturno do Colégio Estadual Francisco Villanueva, no Município de Rolândia.

Sala das Sessões, em 22.09.92.

(a) EURIDES MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Tendo em vista as dificuldades financeiras que assolam o País, e a necessidade de todos auxiliarem no orçamento doméstico, entendemos que o curso do Magistério exclusivo no período diurno, discrimina de forma brutal o direito do estudante trabalhador.

Sabemos das dificuldades em realizar estágios a alunos do Curso em questão que trabalham, mas entendemos que com períodos maiores para execução dos mesmos, a possibilidade de todos terem acesso a esta habilitação, restabelece o direito e a igualdade de todos os estudantes e coloca um fim a discriminação ora vivida.

**REQUERIMENTO N° 1435**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente oficial ao Ministro da Saúde Adib Jatene com cópia para a Secretaria Nacional da Economia, solicitando providências com relação ao aumento excessivo nos preços dos remédios praticado abusivamente.

Sala das Sessões, em 22.09.92.

(a) EURIDES MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

A população encontra-se em desespero por não conseguir mais comprar remédios vitais até para a sobrevivência, e isto ocorre pelo aumento abusivo nos preços dos remédios. As pessoas não têm mais acesso aos remédios e em caso de tratamento acaba perecendo não só pela falta mas porque não consegue continuar comprando, já que os mesmos sofrem reajustes continuamente.

**REQUERIMENTO N° 1437**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, o envio de expediente, convidando o ex-superintendente da Caixa Econômica Federal, Senhor Joaquim Vanhoni Neto, no sentido que este preste esclarecimentos à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, referente contratos firmados ainda frente a Superintendência da Caixa Econômica Federal no período de julho de 1991 à maio de 1992, referentes às atribuições usadas para a construção de casas próprias, bem como das escolhas dos municípios e custo de

cada casa construída pelo Governo Federal.

Sala das Sessões, em 22.09.92.

(a) CLEITON KIELSE

**REQUERIMENTO N° 1444**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que sejam efetuados estudos para viabilizar a construção, na cidade de Marilândia do Sul, mais especificamente no "Patrimônio São José", de uma edificação rústica destinada a abrigo, carga e descarga de produtos agrícolas.

É que a região onde se situa a área do patrimônio São José é composta de agricultores que se dedicam a lavoura de hortigranjeiros destinados aos centros compradores das regiões de Londrina e Apucarana e lutam com enormes dificuldades para o manuseio e distribuição dos produtos cultivados.

Economicamente frágeis criaram um Conselho de Desenvolvimento Comunitário e necessitam do apoio do Estado para concretização dessa benfeitoria.

Sala das Sessões, em 22.09.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI N° 256/92**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural e Esportiva de Ibiporã - ACEI -, com sede e foro na cidade de Ibiporã, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.92.

(a) JOSÉ TAVARES

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Cultural e Esportiva de Ibiporã, ACEI, fundada em 11 de fevereiro de 1962, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como finalidade o bem estar de seus associados, dando condições aos mesmos a participarem dos projetos esportivos, culturais e artísticos desenvolvidos pela citada Associação.

Além do acima citado, a Associação, desenvolve o intercâmbio entre as cidades vizinhas, bem como o entrosamento entre os órgãos públicos, entidades, e associações.

Por tais fatos de tamanha relevância acima exposto, estamos certos de contar

com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente plano de Lei.

# PROJETO DE LEI N° 257/92

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a instalação de Delegacias da Mulher nos municípios paranaenses.

Art. 2° - O Poder Executivo providenciará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei, levantamento buscando estabelecer a priorização e o estabelecimento da ordem dos municípios paranaenses para fins de instalação da Delegacia da Mulher.

Parágrafo Único - A instalação das Delegacias de que trata esta Lei deverá ocorrer até, no máximo 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da conclusão do levantamento.

Art. 3° - Todas as Delegacias da Mulher serão constituídas, exclusivamente, por mulheres, tendo como corpo integrante, além da Delegada e policiais femininas, uma equipe multidisciplinar. Esta equipe será responsável pelo atendimento social, jurídico e psicológico às mulheres vítimas de violências e, fará, ainda, a triagem e acompanhamento dos casos.

Parágrafo Único - As componentes da multidisciplinar serão admitidas na forma legal. Após seleção quanto a melhor capacitação ao atendimento de ações preventivas e curativas no combate à violência.

Art. 4° - As ações preventivas desenvolvidas pela Delegacia, em parceria, através de convênio, com o poder municipal e com seu apoio logístico, se darão inicialmente:

- I - Pela instalação de postos da guarda municipal em pontos estratégicos da cidade;
- II - Pela manutenção e ampliação da rede de iluminação pública;
- III - Por soluções para terrenos baldios e/ou residências abandonadas, visando restringir os espaços que facilitam a ação marginal contra municípios;
- IV - As Delegacias deverão desenvolver e incentivar campanhas contra a violência, em conjunto com a sociedade civil organizada;
- V - As campanhas terão como ponto de partida as orientações à população feminina sobre as inúmeras maneiras de proceder para evitar a violência. E se concretizada, como agir. As orientações serão divulgadas pelos

meios de comunicação local, incluindo além dos veículos tradicionais (rádio, TV, jornal) os panfletos e outras formas, mais diretas e adequadas para atingir segmentos específicos da sociedade.

Art. 5° - Para tratamento de emergência, assim como cuidados físicos, psicológicos, sociais e assistência profissional, buscando a reestruturação, a Delegacia contará com uma Casa Abrigo, local que servirá também para afastar as vítimas (mulheres e filhos) de seus opressores.

Parágrafo Único - A Casa Abrigo contará com infra-estrutura de atendimento no setor alimentar, bem como com o apoio de equipe multidisciplinar, que inclusive, fará a seleção dos futuros abrigados e determinará o período de estada.

Art. 6° - A Delegacia da Mulher e a Casa Abrigo deverão funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia, com equipe de plantão.

Art. 7° - Além do corpo funcional e equipamentos necessários para o perfeito funcionamento do órgão policial, cada Delegacia contará com, no mínimo, duas viaturas e uma linha telefônica.

Art. 8° - Todas as Delegacias da Mulher no Estado deverão funcionar nos moldes acima descritos.

Art. 9° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.09.92.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

LYGIA PUPATTO

DOUTOR ROSINHA

## JUSTIFICATIVA:

A mulher, ao lado do menor, é a grande vítima da violência urbana e rural. Protagonista de espetáculos dramáticos e reveladores do descaso da administração pública. A par das que compartilham com os homens a violência econômica, sofrem ainda as violências físicas, psicológicas e sexual, originárias de mentes involuídas, a que a Constituição Brasileira de 1988, não consegue alcançar com seus princípios de absoluta igualdade. Tal é que as formas mais medievais e brutais ainda proliferam neste limiar de novo século. As manchetes de jornais que o digam.

Portanto, para combater as inúmeras opressões vividas pelas mulheres não basta criar mais uma delegacia. Uma delegacia nos moldes tradicionais, onde o marginal aperfeiçoa sua técnica macabra. É necessário criar um órgão policial com recursos humanos e materiais capazes de impedir o

avanco da violência. Pois que a questão vai muito além do âmbito das velhas delegacias, passando por toda a gama de distorções sociais, culturais e econômicas.

Dai considera-se essencial um organismo municipal que contribua para mudança de mentalidade tanto no âmbito doméstico, quanto no social e trabalhista, de modo a ver a mulher como realmente é: um ser integral com vontades, direitos e interesses, aspirações de vida e profissionais distintas.

Para isso, além de uma política pública voltada para o atendimento destes 52% (cinquenta e dois por cento) da população, logo maioria, há que se ter equipamentos municipais e sociais, como os aludidos nesta proposição, que possam impedir e combater os assassinatos, as lesões corporais, os raptos, os estupros, as ameaças e outras formas de violência contra a mulher. E isto só é possível com profissionais capacitados e com uma infra-estrutura de apoio.

A equipe multidisciplinar de psicólogos, assistentes sociais e jurídicos fariam não só a seleção dos casos que merecessem atendimento, como também inibiriam comportamentos preconceituosos e violentos com a adoção de posturas na mesma esfera cultural, ideológica e jurídica, mais eficientes. Ação que não só seria adotada em casos concretos, mais iria além, evitando novos casos, já que objetivaria ao caráter preventivo. Caráter este que levaria em conta as características locais e contaria com a ajuda de outros segmentos organizados da comunidade, bem como o apoio logístico municipal.

A Casa Abrigo é primordial neste processo, pois, funcionaria como um local de proteção às vítimas da violência, haja vista que não se pode pretender combater a criminalidade sem afastar de imediato a vítima de seu opressor. As mulheres e filhos acolhidos passariam, inicialmente, por uma triagem feita pela equipe multidisciplinar, recebendo assistência social, jurídica e psicológica.

As vítimas teriam apoio jurídico necessário para acompanhamento e defesa processual. Uma das formas eficientes para coibir o tratamento violento e evitar futuros. Por isso e como também a violência não tem hora para acontecer, a Delegacia e a Casa Abrigo funcionariam 24 horas por dia.

Todo este cuidado vai possibilitar ao Estado ter em mãos importantíssimos dados no combate a violência, como as suas causas, um quadro preciso de suas mazelas e do perfil de seus autores. Além de que as vítimas ao encontrarem abrigo e, conseqüentemente, reestruturação psíquica e física, retornariam ao setor produtivo de

forma mais valiosa à sociedade e ao Estado. E este ao mesmo tempo que cumprisse o seu dever de dar segurança à população, estaria atendendo aos preceitos constitucionais de direito à vida, à liberdade, à igualdade, contribuindo para uma sociedade livre, justa e solidária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há poucos dias atrás eu usava a tribuna desta Casa para registrar a minha preocupação e ao mesmo tempo manifestar aqui uma posição partidária a respeito do momento político que o País está atravessando. Indiscutivelmente o momento mais crítico da nossa vida republicana. Não se tem história, aliás, não se tem notícia na nossa história de nenhum momento tão grave, tão preocupante como o momento em que nós estamos vivendo; e isso é consequência de um período de escuridão que esse País viveu de mais de vinte anos de regime militar e de regime autoritário, e que depois de toda uma movimentação da sociedade, movimentação esta que pude viver como Parlamentar, intensamente aliás, a sociedade brasileira acabou desaguando numa primeira opção, que não era a minha, mas que acabou sendo a de trinta e cinco milhões de brasileiros.

E o País vive a melancolia, a tristeza, a incerteza, a insegurança de um Governo, que por mais legítimo que ele tenha sido porque nasceu nas urnas, mas nos dias de hoje decai completamente de qualquer tipo de legitimidade.

Então, já começam alguns setores da vida Política Nacional a dizer: "Já que o Presidente da República, pelos seus desmandos vai ser declarado impedido para ser julgado pelo Senado da República, então que não assuma ninguém. Este ninguém seria o Vice-Presidente da República. Já que vai cair o Collor, então que caia o Collor e o Itamar junto. Não! Não faço parte do coro daqueles que defendem esta tese, por várias razões. A primeira porque sou homem que tem o dever patriótico, cívico e moral de defender a Constituição que ajudei a fazer. E a Constituição é muito clara: no impedimento do Presidente da República assume o Vice-Presidente da República. E tem que assumir. Seja ele quem for.

A segunda razão é que o Vice-Presidente da República é um homem de bem. O conheço, porque fui seu colega de Congresso durante oito anos e posso testemunhar a sua retidão, a sua posição política progressista e, acima de tudo, o seu grande posicionamento nacionalista, já que o



Itamar nestes anos que convivemos juntos no Congresso, sempre esteve alinhado a todos os movimentos nacionalistas que nasceram no Congresso Nacional do qual também fiz parte.

Por isto, acho que esta Casa tem que começar a definir uma posição. Nós já subscrevemos um documento que foi assinado pela maioria esmagadora, para não dizer pela unanimidade dos seus membros, porque não sei se os 54 subscreveram aquele documento. Mas acho que esta Casa, além daquela manifestação, nos dias de hoje, num momento tão delicado quanto este, esta Casa deve novamente reafirmar sua posição de esperança no Congresso Nacional, de confiança no Congresso Nacional e também a sua expectativa de que esse processo seja agilizado, seja urgenciado, para que possamos tirar a Nação deste momento de inquietação, de marasmo, de perplexidade que ela está vivendo.

Seria, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, de todo conveniente que esta Casa, através da sua Mesa Executiva, expressasse às diferentes lideranças no Congresso Nacional, a começar pelo Presidente do Senado, pelo Presidente da Câmara e dos Líderes Partidários, no sentido de que o Poder Legislativo do Paraná comunga com a maioria da população brasileira, no sentido de que este processo deva ser acelerado para que esta Nação possa retomar o seu desenvolvimento econômico, possa respirar a tranqüilidade política e social que toda a sociedade deseja de um Governo.

Portanto, Senhor Presidente, quero transformar em requerimento, se V.Exa. me permite. Requerimento após ouvido o Plenário desta Casa, no sentido de que as lideranças do Congresso Nacional adotem providências urgentes visando dar a esta Nação uma solução para este problema que está nos afligindo, que é o problema da declaração do impedimento do Presidente da República, o mais rapidamente possível, para que este País possa, com a serenidade que a sociedade espera da classe política, reencontra-se, retomar, como disse, o seu crescimento econômico. Possam os investimentos estrangeiros ser reestabelecidos e a Nação possa respirar com mais tranqüilidade.

É esta a proposta que queria fazer através da tribuna, em nome da bancada do meu partido, do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 455/92,

subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando dispensa aos trabalhos parlamentares no dia 22 do corrente mês, em função de compromissos na Região Noroeste do Estado. -A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. -Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha, Lygia Pupatto, constante do expediente. Necessita de apoio. -Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia dos Projetos em votação dos itens 04, 03, 02 e 01. -Aprovado.

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, acima aprovado:

#### VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 240/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 65/92 que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 859.000.000,00 (oitocentos e cinquenta e nove milhões de cruzeiros) conforme especifica, ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Quero registrar nosso voto contrário, pelo fato de que a verba retirada de natureza social e cultural passada para a chefia do Gabinete do Governador e nós somos contrários.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

#### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 249/92, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EMENDA DE PLENÁRIO com parecer da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 249/92

##### PARECER:

Ao Projeto de Lei nº 249/92, que dispõe sobre os vencimentos da magistratura do Paraná e dá outras providências, foi aposta emenda que objetiva suprimir o art. 4º, da referida matéria.

Sob os aspectos a que esta Comissão é chamada a opinar, a referida emenda encontra óbices sob o ponto de vista Constitucional, motivo a indicar nosso parecer FAVORÁVEL à tramitação do Projeto em sua forma original.

Sala das Comissões, em 22.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

**Em votação o Projeto, ressalvada a Emenda.**

SR. OVÍDIO CONSTANTINO - (Para Encaminhar)

Quero encaminhar voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores a esse Projeto, não por sermos contrários ao aumento de salário, ao aumento de subsídios a que o Projeto se refere, mas por entendermos que já passou da hora do Governador do Estado se preocupar em implantar o regime jurídico único de todos os servidores do Estado do Paraná.

Esse Projeto aprovado da forma como está, ele mantém no seu artigo 2º a verba de representação mensal dos Senhores Desembargadores que continua corresponder ao percentual estabelecido pela Lei 8.089 de 1985, e isso, segundo informações, essa verba de representação hoje corresponde a 170% do valor correspondente ao referido subsídio.

Desta forma, nós entendemos que é necessário que o mais breve possível se regulamente e se implante o regime jurídico único no Estado do Paraná para que o plano de cargos e salários de todos os servidores e funcionalismo público do Estado esteja realmente de acordo.

Por isso nós entendemos que o Projeto não merece a nossa aprovação.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto sem prejuízo da Emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Há Emenda com parecer contrário.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se.

**Rejeitada.**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 245/92, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO, que fixa conforme específica os vencimentos básicos do Procurador Geral de Justiça e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDAS DE PLENÁRIO com parecer da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 245/92

PARECER:

Ao Projeto de Lei nº 245/92, que fixa, conforme específica, os vencimentos básicos do Procurador Geral de Justiça e adota outras providências, foram apostas duas emendas de Plenário; a nº 01, após repetir dispositivos constitucionais, estabelece que a remuneração básica do Secretário de Estado será, no mínimo, igual à do Procurador Geral de Justiça; a nº 02 objetiva suprimir o art. 4º, do Projeto em questão.

Sob os aspectos a que esta Comissão é chamada a opinar, temos que a emenda nº 01 não encontra óbice de qualquer natureza, emitindo nosso parecer FAVORÁVEL à tramitação da mesma e pela rejeição da emenda nº 02, dada a sua inconstitucionalidade.

Sala das Comissões, em 22.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

**Em votação o Projeto, ressalvada a Emenda.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Da mesma forma,

Sr. Presidente, pelos mesmos argumentos anteriores, nós registramos voto contrário da Bancada dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Emenda nº 01 com parecer favorável.

**Aprovada.**

Emenda nº 02.

**Rejeitada.**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Emenda de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 242/92

PARECER:

Ao Projeto de Lei nº 242/92, que dispõe sobre os vencimentos da magistratura do Paraná e dá outras providências, foi aposta emenda que objetiva suprimir o art. 4º, da referida matéria.

Sob os aspectos a que esta Comissão é chamada a opinar, a referida emenda encontra óbices sob o ponto de vista constitucional, motivo a indicar nosso parecer FAVORÁVEL à tramitação do Projeto em sua forma original.

Sala das Comissões, em 22.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

**Em votação o Projeto, ressalvada a Emenda.**



O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Da mesma forma Senhor Presidente, solicitamos voto contrário da nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há Emenda do Deputado Pessuti, com parecer contrário.

**Rejeitada.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. A Mesa põe em votação o Substitutivo Geral.

Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão.

**Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Registrando o voto contrário da nossa Bancada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado o voto contrário da Bancada da PT.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 174/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e outros, que garante direitos adquiridos pelos Funcionários Públicos Estaduais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F.. EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, com parecer da C.C.J. apresentando EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM REGIME DE URGÊNCIA. Apreciar neste turno Emenda Substitutiva Geral Aprovada em 2.<sup>a</sup> Discussão. **Aprovado o Substitutivo Geral, com voto contrário da Bancada do PT.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 220/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 60/92, que altera a redação do Art. 12 da Lei n° 065, de 06.12.78 (Melhoria Genética ou Incremento da Produção de Animais). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do PROJETO DE LEI N° 179/91, de autoria do Deputado PAULO MAIA que declara de Utilidade Pública o Clube de Desenvolvimento comunitário do Parque São Jorge, com sede no Município de Almirante Tamandaré e foro no Município de Rio Branco do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 53 de 15.05.91.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 179/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ilustre Deputado Paulo Maia, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Clube de Desenvolvimento Comunitário do Parque São Jorge, com sede no Município de Almirante Tamandaré e foro no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Devidamente analisado constatamos que o referido Projeto de Lei não fere os dispositivos regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Constatamos ainda que, a Entidade acima mencionada encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6.994 de 1° de janeiro de 1978, que dita as normas para Declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, nada encontrou esta Comissão que possa impedir sua normal tramitação, opinando FAVORAVELMENTE à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 020/92, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Formosa do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 04 de 19.02.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 020/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 020/92, ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE, do Município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.

Constatamos que o presente plano de Lei, encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, dispositivo este que dita as normas a serem seguidas para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

Além das considerações acima expostas, a justificativa apresentada pelo autor nos convence plenamente da sua oportunidade, razões, pelas quais emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 209/92, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que institui o Dia Estadual do Traba-

lhador Hoteleiro. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.A.I.C. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 110 de 11.08.92).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 209/92

P A R E C E R:

O nobre Deputado Algaci Túlio, em 10 de agosto, do corrente, apresentou o Protocolado sob n° 6254/92, por intermédio do qual pretende seja instituído o "Dia Estadual do Trabalhador Hoteleiro".

Verificando-se a Legislação, constata-se não haver impedimento legal para a normal tramitação da Iniciativa.

Assim sendo, somos pela aprovação da matéria.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.08.92.

ERONDY SILVERIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

# COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO

## PROJETO DE LEI N° 209/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Algaci Túlio, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva instituir o Dia Estadual do Trabalhador Hoteleiro.

O presente, ao ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça recebeu parecer favorável, opinando-se pela tramitação do mesmo.

Com relação aos objetivos desta comissão, nada existe que impeça a aprovação do projeto, pois o mesmo tão somente homenageia o trabalhador que presta serviços nos hotéis do Estado.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à tramitação do mesmo.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 14.09.92.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 235/92, de autoria do Deputado DUILIO GENARI, que declara de Utilidade Pública o "Clube do Engraxate e Pequeno Trabalhador", de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 124, de 01.09.92).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 235/92

P A R E C E R:

AUTOR: Deputado Duílio Genari

Trata-se de proposição que pede a declaração de Utilidade Pública, do Clube

Curitiba, terça, em 22.09.92

de Engraxate e Pequeno Trabalhador, do Município de Assis Chateaubriand, entidade essa que já tem o reconhecimento dessa condição no âmbito municipal (Lei Municipal n° 574, de 11.08.82).

Por estarem preenchidos os requisitos elencados na Lei n° 6994, de 10.01.78, somos de parecer favorável a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 241/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 66/92, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado** (Publ. no DA. n° 128, de 03.08.92).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 241/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem n° 66/92, o Projeto de Lei em tela objetiva aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 40 bilhões ao vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná, utilizando-se para cobertura de tal crédito a mesma importância, proveniente de excesso de arrecadação da referida entidade.

Cingido ao aspecto a que esta Comissão é chamada a opinar, verificamos que a matéria atende aos preceitos constitucionais, legais e regimentais, não havendo qualquer óbice à sua tramitação, razão pela qual somos de parecer FAVORÁVEL à aprovação da mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 243/92, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que declara de Utilidade Pública a Associação Erceana Campolarguense, com sede e foro no Município de Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 128, de 03.09.92).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 243/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado CARLOS SIMÕES, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ERCEANA CAMPOLARGUENSE, com sede e foro no Municí-

pio de Colombo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou qualquer óbice de caráter legal, regimental ou constitucional que pudesse opor a normal tramitação do Projeto por esta Casa de Leis, emitindo assim seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 70/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 130 de 15.09.92)**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 64/92, as multas aplicadas em razão de infrações e legislação de trânsito deverão ser recolhidas diretamente ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 130, de 15.09.92).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 250/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 64/92 o presente Plano de Lei tem por objetivo, dispor que as multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito, DETRAN/PR.

Encontra-se o processado de acordo, inexistindo óbices de natureza legal, constitucional ou regimental à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 67/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 27.264.000.000,00 (vinte e sete bilhões, duzentos e sessenta e quatro milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.

Em REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 130, de 15.09.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 251/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 67, tem por finalidade aprovar crédito suplementar, alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda.

Colhe-se dos termos da justificativa palaciana que a medida proposta visa atender despesas com aumento do capital social do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

Os requisitos formais e regimentais estão aqui presentes, inexistindo qualquer óbice ao prosseguimento da marcha processual do Projeto, razão pela qual opinamos favoravelmente à APROVAÇÃO do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

**Aprovado.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Registrando, Senhor Presidente, o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 68/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 7.485.000.000,00 (sete bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 130, de 15.09.92).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 252/92

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 68/92, o presente projeto de lei tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de sete bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões de cruzeiros ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Colhe-se dos termos da justificativa palaciana que a medida proposta visa atender despesas com o Projeto "Força Verde" e demais atividades do Corpo de Bombeiros.

Encontra-se o processado de acordo,

inexistindo óbices de natureza legal, constitucional ou regimental à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1443, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1447, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1434 e 1435, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1437, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1440, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1444, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1425, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.**

A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1448, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a realização de uma Sessão Extraordinária nesta data, com a finalidade de serem votadas em 2ª e 3ª discussão, todas as matérias constantes da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje. **Aprovado.**

A Mesa solicita aos Senhores Líderes que conversem sobre a Ordem do Dia da Sessão Extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/92.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 240/92, 179/92, 020/92, 209/92, 235/92, 241/92, 243/92, 248/92, 250/92, 251/92 e 252/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/92.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 174/92 e 245/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/92.

Levanta-se a sessão.